



AUSÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: A PERCEPÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE POÇO DA CRUZ, EM IBIMIRIM-PE

Gabriela Valones Rodrigues de Araújo⁽¹⁾

Graduada de Engenharia Agrícola e Ambiental na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pesquisadora do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe).

Rodrigo Cândido Passos da Silva

Graduando de Engenharia Agrícola e Ambiental na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pesquisador do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe).

Diogo Henrique Fernandes da Paz

Graduando de Engenharia Agrícola e Ambiental na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pesquisador do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe).

Bruno Marcel Carneval de Oliveira

Graduando de Licenciatura na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pesquisador do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe).

Soraya Giovanetti El-Deir

Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenadora do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe).

Endereço⁽¹⁾: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife/Pernambuco, CEP 52071-030. Fone: (81) 3320-6001. e-mail: gabivalones@gmail.com

RESUMO

A questão das deficiências no modelo e na gestão do saneamento básico no Brasil é uma realidade antiga e que evidencia uma série de lacunas no que se refere ao atendimento por este serviço estabelecido por lei e essencial à qualidade de vida do homem. A conjuntura rural quanto a este aspecto corrobora causas e consequências ainda mais críticas que se encontram retratadas desde o nível de instrução dos habitantes até a correlação com a ocorrência de enfermidades. Diante do proposto, o presente estudo traz análise da à luz da percepção do morador local sobre a ausência de saneamento básico na comunidade de Poço da Cruz, em Ibitimirim-PE.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade rural, saneamento básico, semiárido.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância do saneamento e de suas relações com a saúde do ser humano remonta às mais antigas civilizações humanas. Egípcios, gregos e romanos cuidavam de suas águas e dejetos. Ruínas de uma civilização que se desenvolveu ao Norte da Índia há aproximadamente 4.000 anos evidenciam indícios de hábitos sanitários, incluindo a presença de banheiros e esgotamento sanitário nas construções civis, além de drenagem nas ruas. O próprio Velho Testamento apresenta diversas abordagens vinculadas a práticas sanitárias em relação ao povo judeu, como por exemplo, limpeza e vedação de poços para evitar possível contaminação (ROQUE, 1998).

De acordo com a Lei 11.445/07, “saneamento básico é o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas”. Esta definição é reforçada pela FUNASA (2006), como “o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural”.

Os serviços de saneamento são os que apresentam a mais nítida relação com a saúde, em particular a infantil, uma vez que são as crianças as que estão mais sujeitas às graves consequências de um ambiente não saneado. Água e saneamento constituem um dos mais sérios problemas ambientais, principalmente nas áreas urbanas de países mais pobres. Estima-se que cerca de ¼ da população urbana dos países de Terceiro Mundo não tenham acesso à água potável (GOUVEA, 1999). Em decorrência do rápido e intenso crescimento populacional desses países nos últimos vinte anos, presume-se que o número dos indivíduos não abastecidos por água potável e saneamento básico tende a crescer, e não a diminuir.

Além do caráter ambiental a questão do saneamento básico tem se tornado motivo de abordagens sociais, pois a maior parte das cidades brasileiras não tem um sistema de coleta e tratamento do esgoto, havendo em alguns casos apenas a coleta e não o tratamento do efluente, que acaba tendo como destino final os rios, baías, lagos, lagoas ou o mar. (AOKI, 2006).

Este fato denota uma ação contraditória quanto às diretrizes descritas no artigo 24 da Resolução CONAMA 357/2005 afirmando que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, após o devido tratamento e desde que obedeçam as condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis.

OBJETIVO

As dificuldades e limitações inerentes à localização no perímetro rural e a questão da insuficiência de infra-estrutura de saneamento básico evidencia problemas de política pública e desigualdade quanto à gestão dos recursos para saúde e saneamento no Brasil. Frente a esta realidade, o presente trabalho visa identificar a ausência de saneamento básico no semiárido pernambucano através da percepção dos moradores da Comunidade Poço da Cruz, em Ibitimir-PE.

METODOLOGIA UTILIZADA

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma série histórica desenvolvida nos anos de 2009, 2010 e 2011 na Comunidade de Poço da Cruz, em Ibitimir-PE.

O procedimento metodológico utilizado envolveu as seguintes etapas em sua estruturação e execução: revisão bibliográfica acerca da temática e da área em questão; elaboração do instrumento de pesquisa; levantamento de dados primários via aplicação de 48 questionários com perguntas objetivas; bem como, visitas e conversas não-formais junto à comunidade para, a partir do olhar do morador local, perceber as condições do saneamento básico da comunidade objeto de estudo.

Caracterização da área de estudo

II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental

O Município de Ibirimir (Figura 1) está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano e microrregião do Sertão do Moxotó. Limita-se a norte com os municípios de Sertânia e Custódia, a oeste com Inajá e a sul com Manari.



Figura 1 – Representação geográfica do município de Ibirimir – PE.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Ibirimir possui uma área de aproximadamente 1.955 km², população de 26.954 habitantes, densidade demográfica de 13,79 hab/km² e apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do país (0,566). O município possui dois distritos: Ibirimir (sede) e Moxotó, além dos povoados de Jeritacó, Agrovilas, Campos, Lagoa da Areia, Puiú e Poço da Cruz.

Segundo El-Deir et al. (2010) a comunidade de Poço da Cruz é composta de 3 vilas: Mecânica, do Hospital e do Comércio. A vila Mecânica apresenta-se como um arruado, com casas de adobe, desprovidas de banheiro, ruas sem calçamento, ausência de esgotamento sanitário, sem água encanada ou coleta de lixo. A vila do Comércio, que apresenta feições similares a Mecânica, possui casas de taipa e outras de adobe. Já a Vila do Hospital apresenta um leve grau de organização, pois possui água encanada e coleta de lixo, igreja, posto de saúde e escola, mas desprovida de calçamento e esgotamento sanitário. Em todas elas há presença de animais domésticos soltos, esgoto a céu aberto, onde crianças brincam descalças, fato que gera um potencial de contaminação.

RESULTADOS

A priori, o levantamento realizado na comunidade-laboratório foi para verificação das condições ambientais, de modo especial, na conjuntura do saneamento básico local. No entanto, observou-se que a real situação de precariedade vivida pela população residente na Comunidade de Poço da Cruz revela, ainda, uma carência muito maior: a falta de informações e conhecimento por parte dos moradores, de modo evidenciado, no que se refere às questões de cunho ambiental.

A principal causa para o quadro de desnutrição do conhecimento observado é a dificuldade e a ausência de estímulo no acesso à informação e ao processo educativo em si. Embora na área em que está inserida a comunidade haja cerca de duas escolas municipais, não existe aspiração, principalmente dos mais velhos, à inserção no contexto educacional. Por isso, o maior incentivo para o aprendizado e participação escolar é destinado às crianças e adolescentes. No contexto local, os jovens e adultos estão inseridos em outra fase da vida, o trabalho e o suprimento do lar.

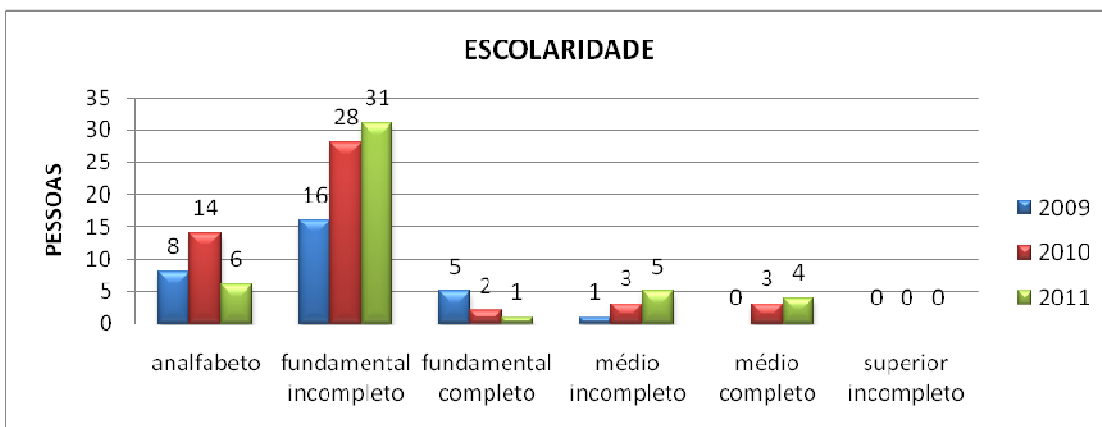


Figura 2 – Nível de escolaridade da Comunidade Poço da Cruz em 2009, 2010 e 2011.

Diante dos dados apresentados quanto aos níveis de escolaridade local (Figura 2) identificou-se um cenário alarmante e que infelizmente não retrata apenas a realidade de Poço da Cruz, mas de uma série de outras comunidades no Brasil: das 35 pessoas que responderam quanto à sua participação escolar, apenas 8,6%, em 2009 e 11,43% concluíram o segundo grau; assim como, nos três anos em que foi realizado o estudo, nenhum dos entrevistados concluiu o ensino superior.

Compreende-se que a busca e o empoderamento do conhecimento não se dão apenas no espaço da sala de aula, mas entende-se que a escola como espaço de aprendizado é um aliado fundamental para a captação, troca e absorção de informações. Sobretudo, no contexto de comunidade rural, onde infelizmente, ainda não há outro espaço ou incentivador da causa. O que se evidencia é a falta de investimento e profissionais pouco qualificados e/ou muitas vezes desmotivados pela situação social com que lidam, sem possuir muitas ferramentas para incentivar e estimular práticas de aprendizagem.

A partir dos dados obtidos, no que se refere à defasagem informacional, verificou-se que a maioria dos residentes palavras como meio ambiente, problemas ambientais e saneamento básico são desconhecidas. Quando questionados sobre qual seria o principal problema ambiental no mundo, 33,3% não souberam responder. Enquanto que 17 dos 48 entrevistados em 2011 também afirmaram não saber quais os principais problemas ambientais no local em que vivem (Figura 3).

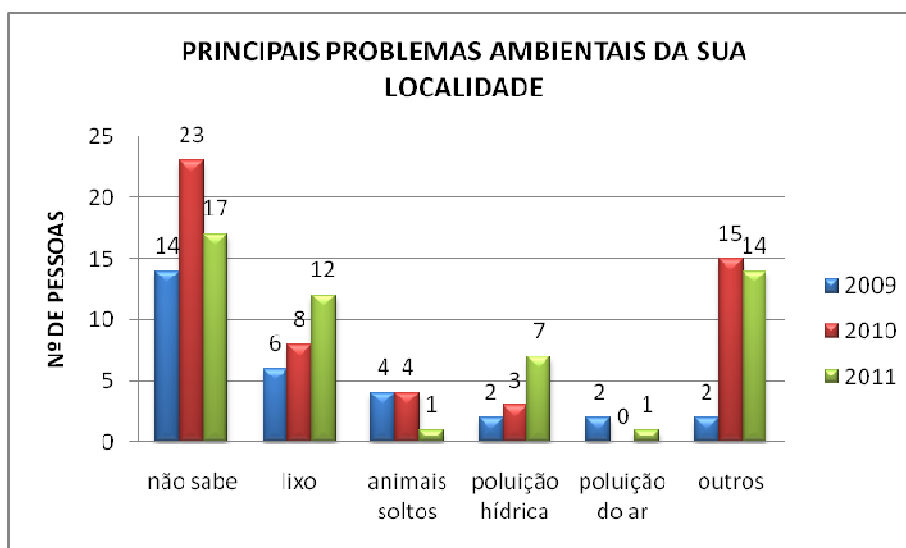


Figura 3 – Série histórica sobre os principais problemas ambientais locais.

A palavra mais passível de entendimento e de maior aproximação léxica com meio ambiente para alguns moradores é o vocábulo “natureza”. Ainda assim, 68,8% disseram não saber do que se tratava quando indagados sobre o conceito de meio ambiente.

Devido a iniciativas em parceria com o governo, muitas residências ganharam o direito a usufruir de um banheiro em seu domicílio. No entanto, essa foi apenas uma ínfima ação de melhoria, diante do abismo de insuficiências na vida dos habitantes de Poço da Cruz. O pior, entretanto, é corroborado a partir da percepção de significativa parcela, 43,7% dos moradores, que não intuem que a falta de saneamento básico, sem a coleta e tratamento do esgoto gera, além dos impactos ambientais, impactos em sua própria realidade com a ocorrência de doenças e conseqüentes prejuízos à qualidade de vida local. Em contrapartida, em 2011, 16 entrevistados afirmaram que a falta de saneamento básico afeta suas vidas, pois esta ausência provoca doenças, como a diarreia, citada por 50% como a principal doença que acomete as crianças.

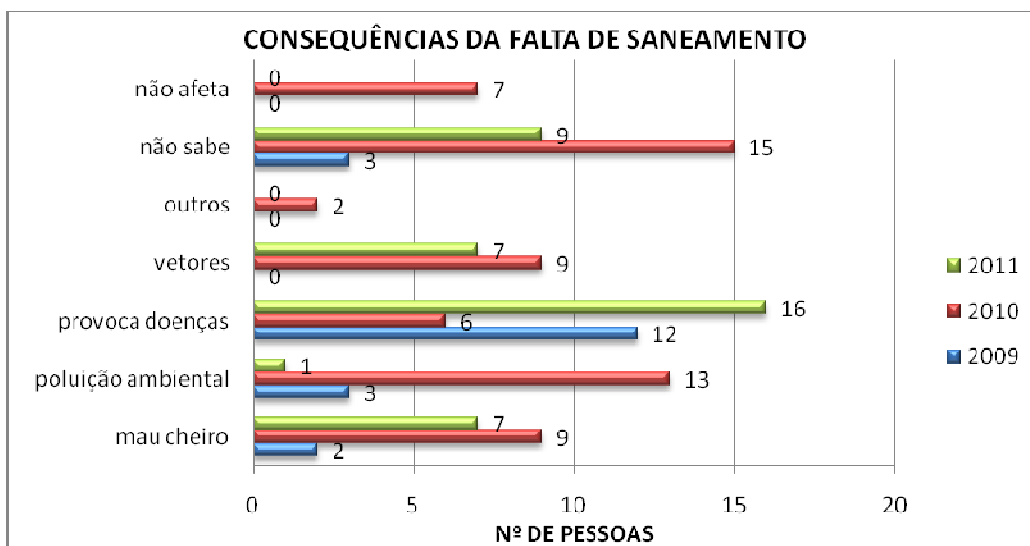


Figura 4 – Série histórica sobre a falta de saneamento na comunidade.

Nas habitações que possuem instalações sanitárias, uma pequena parte faz uso de fossas sépticas como destino final do dejetos gerado. Enquanto que, a maioria faz o lançamento do esgoto doméstico *in natura* diretamente no curso d'água mais próximo.

As fossas sépticas são retratadas como sistemas rudimentares para recebimento do efluente doméstico e de uso não mais regulamentado, isto porque a eficiência média é de aproximadamente 45%. A resolução CONAMA 430 estabelece que a eficiência mínima dos módulos para tratamento do esgoto seja de 60%.

CONCLUSÃO

A partir do presente trabalho, verificou-se a deficiente realidade de saúde ambiental vivenciada pela Comunidade Poço da Cruz, em Ibirimir-PE. Constatou-se ainda, que além da infra-estrutura sanitária precária, há maior defasagem quanto ao conhecimento e entendimento dos moradores sobre os riscos e impactos que a ausência de saneamento básico traz à qualidade de vida populacional.

A legislação brasileira traz a informação que o acesso ao saneamento básico é um direito de todos e um dever do estado. Contudo, o contexto real, em especial das comunidades rurais e marginalizadas do país, demonstra uma realidade divergente do proposto na constituição.

Diante da situação acima descrita, recomenda-se que a partir de maior efetividade no atendimento às leis correlatas e maior parcela de investimento local seja somada à instalação de um sistema de esgotamento sanitário municipal, fossem desenvolvidas atividades de educação ambiental, com enfoque na relação saúde – saneamento – meio ambiente para a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AOKI, V. Projeto Araribá: geografia/ obra coletiva. São Paulo: Moderna, 2006.
2. BRASIL. Constituição Federal de 1988, art. 196.
3. BRASIL. Resolução Conama 357/ 2005.
4. BRASIL. Resolução Conama 430/ 2011.
5. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 4º ed ver. Brasília: FUNASA, 2006.
6. BRASIL. LEI Nº 11.445/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e de outras providências.
7. EL-DEIR, S. G.; CORRÊA, M. M.; SILVA, E. F. F; GOMES, R. K. L.; ALBUQUERQUE, C. G. Caracterização, infra-estrutura e percepção ambiental de comunidades rurais do semi-árido brasileiro. Resumo expandido. Congresso Nacional de Meio Ambiente, Poços de Caldas, 2010.
8. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_pernambuco.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011. AOKI, V. Projeto Araribá: geografia/ obra coletiva. São Paulo: Moderna, 2006.
9. ROQUE, O.C. Educação para a Qualidade de Vida em Vista do Saneamento Ambiental. In: PDBG. Subprojeto de Educação Ambiental, módulo IV. Rio de Janeiro: UERJ, sd. p.12, 1998.
10. GOUVEA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. Revista Saúde e Sociedade, n.8, 1999, p.49.